



# Relatório Anual da Administração

**Aos acionistas:** A Administração da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - "ERTE", em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício de 2014, acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

ANEEL, datado de 11 de dezembro de 2002, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 230 kV, com 179 km de extensão, com origem na subestação de Vila do Conde (ampliação) e término na subestação de Santa Maria (ampliação), ambas no Estado do Pará. **Sistema de transmissão:** O sistema da ERTe integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia afere a sua receita em função da disponibilidade nas instalações

sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

	2014	2013
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	99,97%	100,00%
A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as linhas encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado. <b>Pesquisa e desenvolvimento - P &amp; D:</b> Em 2014 a ERTe realizou os projetos: 1. Aplicação de nanotecnologia para redução da resistência de contatos em aterramento, 2. Arranjos técnicos e comerciais para inserção da geração fotovoltaica na matriz energética brasileira, 3. Cabeça de Série do Projeto REMOTE, 4. Gestão 2013, 5. Gestão 2014. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site <a href="http://www.tbe.com.br">www.tbe.com.br</a> . <b>Desempenho</b>		

**econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2014 os resultados da companhia foram:

## Balço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	31/12/14	31/12/13
<b>Ativo Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	5 3.816	2.410
Títulos e valores mobiliários	6 49.116	2.996
Contas a receber ativo financeiro	7 49.116	43.862
Adiantamento a fornecedores	927	943
Outras contas a receber	1.475	1.342
	<b>55.334</b>	<b>51.553</b>
<b>Não circulante</b>		
Estoques	1.778	1.761
Contas a receber ativo financeiro	7 100.250	104.546
Outros ativos	73	895
Imobilizado	57	836
Intangíveis	189	118
	<b>102.347</b>	<b>108.156</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>157.681</b>	<b>159.709</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	(Em milhares de reais)	
	31/12/14	31/12/13
<b>Passivo Circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos	8 7.582	2.283
Fornecedores	970	1.039
Tributos e contribuições sociais a recolher	9 1.058	18.736
Dividendos a pagar	1.657	1.439
Encargos regulatórios	11 1.108	814
Outras contas a pagar	4.793	31.893
<b>Não circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos	8 29.393	-
Adiantamento de clientes	2.348	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9 4.407	6.755
	<b>6.755</b>	<b>33.823</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	126.941	36.941
Reservas de lucro	12.499	42.349
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	6.693	14.703
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>146.133</b>	<b>93.993</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>157.681</b>	<b>159.709</b>

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	(Em milhares de reais)	
	31/12/14	31/12/13
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>36.941</b>	<b>5.652</b>
Lucro líquido do exercício	-	-
Destinação proposta à AGO	-	-
Reserva legal	-	1.440
Dividendos adicionais aprovados	-	-
Reserva de lucro do exercício	-	5.819
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>36.941</b>	<b>7.092</b>
Aumento de capital	90.000	-
Lucro líquido do exercício	-	-
Destinação proposta à AGO	-	-
Reserva legal	-	1.552
Dividendos adicionais aprovados	-	(35.258)
Dividendos Intercalares	-	-
Reserva de Lucro do exercício	-	6.693
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>126.941</b>	<b>8.644</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	(Em milhares de reais)	
	31/12/14	31/12/13
<b>Reservas de lucros</b>		
Reserva de retenção de lucros	29.438	-
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	11.895	-
<b>Lucros acumulados</b>	<b>41.333</b>	<b>11.895</b>
<b>Total</b>	<b>83.926</b>	<b>11.895</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (a "Companhia" ou "ERTE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 30 de setembro de 2002 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada a Rua Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala C - São Paulo - SP. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias, emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão:

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
083/2002	30	2032	43.018	IGP-M

(\*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.756/2014. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão detemineará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa "Contas a receber - ativos financeiros".

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 03 de março de 2015. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e determinados dispositivos da lei societária. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.2. Base de preparação e apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**3.1. Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados em "valor justo por meio do resultado", enquanto Contas a receber - ativo financeiro como "recebíveis". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.2. Contratos de concessão:** De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro. **3.3. Estoques:** Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo não circulante (almoxarifados de manutenção) e são demonstrados ao custo médio de aquisição. **3.4. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.5. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.6. Provisões para litígios:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões

inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente. **3.7. Tributação:** **3.7.1. Impostos sobre a receita:** As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%.

**3.7.2. Imposto de renda e contribuição social:** *Correntes:* O Imposto de renda e a Contribuição social da ERTe são calculados sob o regime de tributação pelo lucro presumido. *Diferidos:* Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.8. Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.9. Reconhecimento da receita:** A receita incluído somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. A ERTe reconhece as receitas de prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (IFRIC 12), e são segregadas da seguinte forma: **3.9.1. Receita de implantação de infraestrutura:** A ERTe abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Conseqüentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase. **3.9.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento. **3.9.3. Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, onde essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos. **3.9.4. Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.10. Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

### 4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pelo órgão regulador, com aplicação obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2014. Estas normas adotadas pela primeira vez não causaram impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas foram emitidas durante o exercício de 2014 cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15, e modificações às IFRS 11/ CPC 19(R2), IAS 16/CPC 27, IAS 38/CPC 04 (R1) e IAS 41/CPC 29.

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/14	31/12/13
Caixa e bancos	319	38
Aplicações financeiras	3.497	2.372
	<b>3.816</b>	<b>2.410</b>

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 90,00% do CDI em 31 de dezembro de 2014 (98% em 2013), possuem liquidez imediata, vencimento na data do balanço patrimonial igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

### 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em agosto de 2014 a Companhia resgatou integralmente suas aplicações no montante de R\$ 2.594, (R\$ 2.996 em 2013), referente à conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES. Em junho de 2014 ocorreu a liquidação antecipada dos saldos de financiamentos e a conta reserva foi liberada.

### 7. CONTAS A RECEBER - ATIVO FINANCEIRO

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ERTe é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão. **Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2014:**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>143.459</b>
Receita de operação e manutenção	7.652
Receita de remuneração dos ativos da concessão	35.961
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	603
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(39.267)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>148.408</b>
Receita de operação e manutenção	3.884
Receita de remuneração dos ativos da concessão	36.096
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	773
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(39.795)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>149.366</b>
Contas a receber ativo financeiro - circulante	49.116
Contas a receber ativo financeiro - não circulante	100.250
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>149.366</b>

As contas a receber - ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve

## Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	(Em milhares de reais)	
	31/12/14	31/12/13
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>13 37.797</b>	<b>41.535</b>
<b>Custo operacional</b>		
Pessoal	(2.222)	(1.962)
Material e serviços de terceiros	(218)	(4.280)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica	(166)	(155)
Custo de implantação de infraestrutura	(773)	(603)
Outras	(63)	(140)
	<b>(3.442)</b>	<b>(7.140)</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>34.355</b>	<b>34.395</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Administrativas e gerais	(581)	(516)
Pessoal e administradores	(614)	(562)
Depreciação e amortização	(22)	(8)
	<b>(1.217)</b>	<b>(1.086)</b>
<b>Lucro antes das despesas e receitas financeiras</b>	<b>33.138</b>	<b>33.309</b>
Despesas financeiras	14 (1.356)	(3.477)
Receitas financeiras	14 714	438
<b>Lucro antes da contribuição social e imposto de renda</b>	<b>32.496</b>	<b>30.270</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.495)	(1.315)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9 23	(153)
	<b>(1.472)</b>	<b>(1.468)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>31.024</b>	<b>28.802</b>
<b>Lucro por ação básico e diluído - R\$</b>	<b>0,63</b>	<b>0,78</b>
<b>Quantidade de ações ao final do exercício (Lote de mil)</b>	<b>84.134</b>	<b>36.941</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	(Em milhares de reais)	
	31/12/14	31/12/13
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>31.024</b>	<b>28.802</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total resultados abrangentes do exercício</b>	<b>31.024</b>	<b>28.802</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em junho de 2014 a Companhia liquidou antecipadamente seus empréstimos e financiamentos com o BNDES. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo dos empréstimos e financiamentos eram de R\$ 36.975.

## 9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/14	31/12/13
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	318	334
PIS e COFINS	136	162
Contribuição Social - CSLL	124	120
ICMS	389	377
Outros	90	46
	<b>1.057</b>	<b>1.039</b>

**Passivo não circulante**

IRPJ e CSLL Diferidos (a)	4.407	4.430
---------------------------	-------	-------

(a) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>4.277</b>
Imposto diferido reconhecido no resultado	153
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>4.430</b>
Imposto diferido reconhecido no resultado	(23)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>4.407</b>

## 10. PROVISÃO PARA LITÍGIOS

A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificados como "possíveis" e diante desse pressuposto, não procedem pela Companhia, a qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. Em 31 de dezembro de 2014 não houve processos. Em 31 de dezembro de 2013 o valor envolvido estimado foi de R\$ 33, em processos cíveis.

## 11. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/12/14	31/12/13
Quota de reserva global de reversão - RGR	302	307
Taxa de fiscalização - ANEEL	135	115
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	1.220	1.017
	<b>1.657</b>	<b>1.439</b>

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**12.1. Capital social:** Em 13 de junho de 2014 a Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (EATE) aportou na companhia R\$ 35.000 equivalentes a (15.208.597) ações preferenciais sem voto. Em 30 de outubro de 2014 a Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (ENTE) aportou R\$ 37.557 equivalentes a (21.732.203) ações preferenciais sem voto; e em 19 de dezembro de 2014 a (ENTE) aportou adicionalmente R\$ 17.443 equivalentes a (5.126.185) ações ordinárias com voto, e (26.858.388) ações preferenciais sem voto. Dessa forma, o capital social totalmente integralizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 126.940, representado por 42.066.985 ações ordinárias e a mesma quantia para ações preferenciais, ambas sem valor nominal.

	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	Total
Ordinárias	42.066.985	100,00%	42.066.985
Preferenciais	15.208.597	36,18%	15.208.597
	<b>42.066.985</b>	<b>100,00%</b>	<b>42.066.985</b>

**12.2. Reserva de lucro:** **12.2.1. Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. **12.2.2. Reserva de retenção de lucros:** Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida. **12.3. Dividendos propostos:** A Companhia distribuiu dividendos intermediários baseado nas Informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2014, no montante de R\$ 18.924, valor este superior ao dividendo mínimo exigido pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido do exercício após a apropriação da reserva legal).

<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>31.024</b>
Constituição da reserva legal	(1.552)
Base de cálculo de dividendos	29.472
Dividendos Intermediários (*)	(18.924)
Reserva de lucros retidos	(3.855)
<b>Proposta de Distribuição de Dividendos adicionais</b>	<b>6.693</b>
(*) Inclui dividendo mínimo obrigatório de R\$ 7.368	

## 13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/14	31/12/13
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>40.753</b>	<b>44.216</b>
Receita de operação e manu tenção	3.884	7.652
Receita de implantação de infraestrutura	773	603
Receita de remuneração dos ativos da concessão	36.096	35.961
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(2.956)</b>	<b>(2.681)</b>
PIS	(2	